

A morte de Evo Fernandes

Exm. 30/4
88

EXCEPÇÃO feita ao assassinio de Issam Sartawi — ocorrido em circunstâncias particulares, no decorrer de uma conferência internacional — a morte de Evo Camões Fernandes constitui o primeiro acto de terrorismo levado a cabo em Portugal por razões políticas e por organizações estrangeiras.

É preocupante que isto tenha acontecido.

Para além do mais porque, sabendo-se que o território português é uma «base privilegiada» de organizações políticas que combatem os regimes das ex-colónias de África — designadamente Angola e Moçambique —, nada garante que ocorrências semelhantes não voltem a ter lugar.

Que garantias existem de que este crime foi um acto isolado?

CONHECEM-SE as razões que levam as autoridades portuguesas a considerarem-se impotentes para actuar contra os elementos da UNITA ou da Renamo que livremente se movimentam em Portugal: eles têm passaporte português e reúnem-se em casas particulares como quaisquer outros cidadãos, não existindo nenhum «argumento legal» que justifique a intervenção da Polícia.

Mas, se isto é assim, é então necessário que as autoridades exerçam sobre esses indivíduos uma vigilância especial, por forma a impedir actos da natureza daquele que vitimou Evo Fernandes.

Se a repressão das actividades da UNITA e da Renamo em território português se afigura impossível, ao menos que se acompanhem os seus movimentos com o cuidado necessário para que Portugal se não transforme em palco de sangrentos ajustes de contas.

EM RELAÇÃO àquilo que aconteceu na semana passada, espera-se que os organismos empenhados na resolução deste caso — em especial a Polícia Judiciária, através da Direcção Central de Combate ao Banditismo, e o Serviço de Informações de Segurança — cheguem rapidamente a conclusões e à prisão dos criminosos.

Foi mau que um dirigente da Renamo tivesse sido morto em Portugal — mas seria ainda pior que as autoridades portuguesas se revelassem incapazes de decifrar o enigma e de deter os responsáveis.

Repare-se que, nesta altura, a PJ e o Serviço de Informações têm todos os olhos sobre si — não apenas os do interior, mas também os do exterior.

Se eles falhassem, as consequências seriam várias — e todas fortemente negativas.

Se o assassinio de Evo Fernandes ficasse por esclarecer, isso provaria que os nossos serviços especializados são incapazes de acompanhar os movimentos de agentes estrangeiros em Portugal, concedendo-lhes liberdade completa de movimentação e acção.

Ora isso, só por si, seria um convite.

O mundo inteiro concluiria que este país é um paraíso para actuações à margem da lei.